

Repasse direto a escolas enfrenta críticas

Ipen produz hormônio do crescimento

São Paulo — Uma pesquisa desenvolvida no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) está finalizando a produção do hormônio do crescimento por meio de técnicas de engenharia genética.

Com o desenvolvimento dessa tecnologia, o Ipen será o primeiro laboratório a produzir esse hormônio na América Latina, mercado dominado até agora por multinacionais estrangeiras.

O hormônio do crescimento ou somatotrofina é usado normalmente para o tratamento de nanismo, doença causada justamente pela deficiência do organismo em produzir esse hormônio, que se não for tratada adequadamente pode fazer com que uma pessoa chegue a idade adulta com a altura de uma criança.

Segundo o pesquisador Paolo Bartolini, chefe do Departamento de Bioengenharia do Ipen, existem pelo menos três fases diferentes de trabalho para se chegar ao produto final: a parte de engenharia genética em que uma bactéria é modificada para receber o gene humano responsável pela fabricação do hormônio, a extração e purificação do produto, e uma fase final de controle de qualidade e de caracterização para que ele possa ser injetado em seres humanos.

Aprovação — “Nós estamos com o produto praticamente pronto, faltando apenas alguns testes”, afirma Bartolini.

A aprovação do produto pelo Ministério da Saúde, responsável pelo registro de novos medicamentos, é um dos próximos passos do projeto.

Segundo Bartolini, a criação de uma planta semi-industrial de produção também já está sendo planejada, o que possivelmente deverá ser feito em convênio com uma empresa particular.

“É a única possibilidade de poder produzir e também comercializar o produto, porque o Ipen não tem muita tradição nessa área”.

Bactéria — A parte de engenharia genética, desenvolvida para o projeto, consiste na introdução de um novo gene no código genético da bactéria, o mesmo gene que nos seres humanos determina a produção do hormônio do crescimento.

Dessa forma, a bactéria passa a fabricar o hormônio, que pode ser extraído e transformado em medicamento.

As fases seguintes da produção, que incluem a purificação e os testes de controle de qualidade, já eram utilizadas pelo IPEN desde a década de 70, e por isso necessitaram somente de uma adequação ao novo processo.

Mariana Monteiro

A decisão do governo federal de enviar os recursos da Educação diretamente para as escolas, sem a interferência dos estados, já está enfrentando fortes resistências de algumas secretarias de Educação.

A secretária de Educação de Pernambuco, Silke Weder, considera a medida um retrocesso em relação à política educacional coordenada pelos estados conquistada no governo Itamar Franco.

Para o secretário de Educação da Bahia, Edilson Freire, o envio direto das verbas às escolas não interferirá na aplicação da política do estado.

O governo, contudo, dificilmente conseguirá colocá-lo em prática por causa da complexidade das prestações de conta impostas pela atual legislação.

Crítério — O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, também já se manifestou contra um dos aspectos da remessa direta dos recursos: o critério do número de alunos por escola para quantificar as verbas que vão para cada escola.

A decisão de retirar dos estados a atribuição de distribuir os recursos destinados a manutenção, material didático, merenda escolar e demais gastos das escolas foi anunciada na terça-

feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no pronunciamento que fez sobre educação em cadeia de rádio e televisão.

Fernando Henrique justificou a modificação pela necessidade de se evitar o desperdício e o desvio de recursos registrados em governos anteriores.

O próprio Ministério da Educação ainda não sabe bem como vai operacionalizar a distribuição desses recursos às 182 mil e 63 escolas estaduais e municipais da rede pública.

Convênios — O secretário executivo do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Barjas Negri, afirmou que uma das possibilidades é fazer convênios com as secretarias estaduais de Educação.

Nesses convênios, já viria especificado o montante a ser enviado a cada escola.

O dinheiro seria depositado na conta do Conselho de Pais e Mestres da escola ou na caixa escolar, onde ela existir.

Mas essa e outras idéias ainda serão discutidas na reunião marcada para março entre Fernando Henrique Cardoso e os governadores e entre o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e os secretários de Educação dos estados.

Retrocesso e pulverização

A secretária de Educação de Pernambuco, Silke Weber, considera a proposta de Fernando Henrique uma “quebra nos avanços” conseguidos na gestão do ministro da Educação do governo Itamar Franco, Murílio Hingel.

“Hingel conseguiu dar uma função de coordenação ao MEC e aos estados. Estranho que, quando estava finalmente bom, o governo vá optar pela pulverização”, critica a secretária do governo Miguel Arraes.

Para ela, o maior perigo dessa proposta é a perda da identidade da política de ensino formulada pelo estado.

Ao decidir como usar seus próprios recursos, as escolas dos diversos municípios do estado poderiam deixar de seguir a orientação pedagógica do estado, entende Weber.

Descentralização — Essa liberdade permitida pela descentralização das verbas seria “uma forma de privatizar a escola”, em sua visão.

A decisão do governo federal tirou dos estados o “direito” de gerir os recursos das escolas de seus municípios, segundo ela.

“Qual é o sentido político disso? Eles querem dizer que estado e município não sabem gerir seus recursos e fazer política educacional. Eu

não aceito isso!”, reclama Weber.

O secretário de Educação da Bahia, Edilson Freire, discorda da tese de que a pulverização dos recursos interfere na manutenção da política educacional do estado, mas classifica a idéia do governo como “utópica”.

Treinamento — “Nós temos na Bahia 3.912 escolas da rede estadual. Destas, 154 recebem e gerem os recursos do estado. Mas nós tivemos que treinar pessoas por algum tempo para conseguir aplicar os recursos”, pondera Freire.

Segundo ele, a legislação atual sobre prestação de contas é muito complicada e dificilmente seria assimilada pelos responsáveis pela maioria das escolas.

“A idéia é meritória. Temos que persegui-la até para dar seriedade à aplicação dos recursos lá na ponta.

Mas eu acho um horizonte utópico”, diz o secretário, que integra a equipe do governador Paulo Souto, aliado político do senador Antônio Carlos Magalhães.

Se o problema é a legislação, o governo federal já está tratando de modificá-la, garante o secretário executivo do FNDE, Barjas Negri. (MM)

“O governo quer dizer que os estados não sabem gerir recursos”

Silke Weber, secretária de Educação (PE)

Ivaldo Calvacant



Paulo Renato deve encontrar resistência entre os secretários estaduais

Minas já adota o sistema

“O poder tem que estar com a escola mesmo”, defende Ana Luíza Machado Pinheiro, secretária de Educação de Minas Gerais, onde, desde 1991, todas as 6.500 escolas públicas já adotam o sistema da gestão de seus próprios recursos.

No modelo mineiro, cada escola tem um colegiado escolar — composto por alunos maiores de 16 anos, professores, pais e funcionários — que faz o planejamento da aplicação das verbas.

Os recursos vão para o caixa escolar, uma entidade jurídica sem fins lucrativos, a título de subvenção social. A escola presta contas dos gastos ao estado.

Para que o dinheiro seja repassado, é feito um convênio entre o governo estadual e o caixa escolar. Os repasses são feitos quatro vezes por ano e quando são neces-

sários reforços.

Experiência — Segundo Ana Luíza, a experiência tem dado certo e não foi registrada nenhuma irregularidade desde que ela foi iniciada, no início do governo Hélio Garcia.

Para ela, passando a função de gestor para a própria escola, o estado fica livre para exercer o papel “nobre” de aplicar a política pública e avaliar o que as escolas e os municípios estão fazendo.

A secretária de Educação de São Paulo, Tereza Neubauer, também do PSDB, só vai se manifestar sobre a decisão do governo federal no final do mês.

Ela quer, primeiro, conversar com o ministro Paulo Renato Souza e o presidente Fernando Henrique Cardoso para tomar conhecimento dos detalhes.

Investimento muda de rumo

Uma pesquisa sobre os efeitos da queda de fecundidade da população brasileira na demanda escolar revelou um dado surpreendente: em pelo menos quatro estados (São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal), a prioridade para a educação não deverá ser mais construir escolas.

Para estados como esses, onde a taxa de escolarização (atendimento da demanda de vagas nas escolas) já é alta e o número de crianças em idade escolar deverá crescer pouco ou mesmo diminuir até o ano 2011, o estudo propõe um redirecionamento dos investimentos no setor para a melhoria da qualidade do ensino.

Encomendado pelo Ministério da Educação (MEC) a uma equipe de pesquisadores do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o estudo faz uma projeção demográfica da população em idade escolar para o ano 2011, baseada nos dados do Censo de 1991 por estado, liberados somente no ano passado.

Negativa — No Paraná, por exemplo, onde a cobertura escolar atualmente é de 95,1%, o estudo prevê que a taxa de crescimento da população em idade escolar até 2011 será negativa: — 0,7%. Ou seja, menos crianças estarão frequentando as escolas.

O mesmo poderá ocorrer no Rio Grande do Sul, que terá um crescimento de — 0,6%. Em São Paulo e no Distrito Federal, haverá crescimento de apenas 0,25% e 0,53%, respectivamente, com a vantagem de que a cobertura escolar é de quase 100% nos dois estados.

“Mas a recomendação de parar de construir escolas não vale para os estados com boa cobertura se a população continuar a crescer a taxas elevadas”, disse o sociólogo Donald Sawyer, coordenador do estudo, que acaba de ser publicado no primeiro número do boletim de indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC.

Esse é o caso do Amapá, que tem boa cobertura escolar (94,3%), mas com previsão de taxa de crescimento ainda considerada alta (1,54%).

Conclusões — Caso a taxa de fecundidade não tivesse caído no Brasil, o déficit educacional do país seria de 13,1 milhões em vez de 3,9 milhões de crianças sem escola.

Essa foi uma das conclusões da pesquisa realizada pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

“Se durante as décadas de 70 e 80 a taxa de crescimento da população em idade escolar fosse a mesma da década de 60, de 3,2% ao ano, teríamos em 1991 uma população em idade escolar de 36,9 milhões em vez de 27,7 milhões”, disse Donald Sawyer, coordenador da pesquisa.

Nas décadas de 70, a taxa de crescimento da população em idade escolar foi de 1,6%, e nos anos 80, 1,7%.